

# “Estratégias para garantia de Direitos” - Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha - São Paulo/SP, 31/07/2019

No próximo dia 31 de julho de 2019, na Ordem dos Advogados do Brasil, em São Paulo (SP), a Comissão da Mulher Advogada e a Comissão de Igualdade Racial realizarão um evento em celebração ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. O evento que abordará “Estratégias para garantia de Direitos” contará com a participação de mulheres negras atuantes nas mais diversas áreas de conhecimento.



## **Programação:**

Credenciamento - 09:30

### **10:00 - Abertura - MULHERES NEGRAS: INVISIBILIDADE - AUSÊNCIA E NEGAÇÃO HISTÓRICA DE DIREITOS**

*Dra. Claudia Patrícia de Luna* - Presidente da Comissão da Mulher Advogada

### **I PAINEL: MULHERES INVISÍVEIS - 10h20 às 11h40**

- *Sarah Brito*: Gestora de projetos e pesquisadora do Brasil Profundo produzindo e co-criando mostras, festivais, exposições, caravanas culturais, intervenções e espaços de saber baseados na auto-gestão.

- *Darling Ingrid Limeira*: Bacharel em Direito, com Especialização em Direito das Diversidades Sexual, Racial e Religiosa. Pós-Graduanda em História da Cultura Afro e Indígena Brasileira.

- *Neon Cunha*: Publicitária, diretora de arte, designer gráfica, funcionária da Prefeitura de São Bernardo do Campo e colabora como assistente de estilo com a marca Isaac Silva. Ativista transfeminista independente

- *Profa. Maria Ileana Faguaga Iglesias*: Historiadora, Etnóloga, Mestre em Antropologia Sociocultural, Faculdade de Filosofia e História, Universidade de Havana, Cuba.

Mediação: *Dra. Joyce Melo*

Advogada, formada pela Universidade Anhanguera, fundadora do Evo Coworking, escritório compartilhado que visa acolher empreendedores auxiliando-os em seu desenvolvimento pessoal e profissional de forma a fomentar a economia local.

## **II PAINEL - Impacto das Reformas Políticas - 11h45 às 12h45**

- Reforma da Trabalhista e Previdência

*Dra. Amarilis Costa*: Advogada, Mestre em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades pela Universidade de São Paulo

- Pacote Moro: Uma ameaça à vida das mulheres

*Dra. Maria Sylvia Aparecida De Oliveira*: Advogada formada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; Conselheira Seccional da OAB de São Paulo; Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB.

- Mediação: *Dra. Priscila Pamela C. dos Santos*

Advogada criminalista, Presidenta da Comissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB/SP. Coordenadora adjunta do núcleo de Sistema Prisional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM, Sócia do escritório Madi Rezende e Santos Advogado

## **INTERVALO ALMOÇO - DAS 12h45 às 14h00**

## **IV - SAÚDE DA MULHER NEGRA - 14h00 às 15h00**

- *Dra. Simone Henrique*: Conselheira Seccional da OAB/SP; Doutoranda em Direitos Humanos Faculdade de Direito/USP

- *Janete Alves Gomes*: Enfermeira, Diretora UBS Santo Onofre (Taboão da Serra), Supervisora de enfermagem no Hospital do Campo Limpo, Coordenadora de Saúde da População Negra em Taboão da Serra

- *Maria José Menezes*: Bióloga, Mestre em patologia Humana pela UFBA/Fiocruz e membra da Marcha das Mulheres Negras

- Mediação: *Dra. Ellem Jaqueline dos Santos Todão*

bacharela em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU (2017), Pós-Graduanda em Perícia Criminal pela Verbo Jurídico, Pós-Graduanda em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade Legale e Pós Graduanda em Direito Tributário pela Faculdade Legale.

## **V PAINEL - MENINAS NEGRAS: Invisibilidade e Desafios - 15h00 às 16h00**

- Casamento infantil

*Viviana Santiago*: Pedagoga, Gerente de Gênero e Incidência Política na Plan International Brasil, e Coordenadora da Rede Meninas e Igualdade de Gênero-

- Violência institucional

*Dra. Ana Paula Freitas*: Advogada, mestranda em Ciências Humanas e Sociais pela

Universidade Federal do ABC, Pós-graduada em Direito Fundamentais, Graduada em Direito pela Universidade de Mogi das Cruzes

Mediação: *Dra. Mayara Silva Souza*

Advogada do Programa Prioridade Absoluta do Instituto Alana, especialista em Gestão Pública pelo Insper e em Legislativo e Democracia no Brasil pela Escola do Parlamento de São Paulo.

#### **V - PAINEL - REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NEGRAS - 16h00 às 17h30**

- Sistema de Justiça

*Dra. Valdirene Silva de Assis:* Procuradora do Trabalho - Coordenadora de Prevenção e Combate à Discriminação (Coordigualdade) do MPT; Coordenadora do Comitê Temático Étnico-Racial, da Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do MPT; Gerente do Projeto Nacional de Inclusão de Jovens Negras e Negros no Mercado de Trabalho; Membro dos Grupos de Trabalho de Raça, Inclusão e Acessibilidade, Comunidades Tradicionais, Empregabilidade LGBTI, Gestantes e Gênero e Interseccionalidades do MPT; Representante do MPT no Grupo Nacional do Direitos Humanos do Ministério Público Brasileiro.

- Grandes organizações

*Ana Célia Minuto:* Formada em Sistema da Informação e MBA Gestão de Serviços de TI com ênfase em ITIL ambos pela FIAP e possui MBA em Gestão de Projetos FGV. Consultora Empresarial e Carreira.

- Política

*Leci Brandão:* Deputada Estadual - São Paulo

Mediação: *Dra. Diva Zito*

Advogada, Conselheira Seccional da OAB/SP

#### **Palestra Final - COMPLIANCE NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS**

*Dra. Simone Henrique:* Conselheira Seccional da OAB/SP; Doutoranda em Direitos Humanos Faculdade de Direito/USP

#### **17:50 - Encerramento:**

*Dra. Diva Zito:* Advogada, Conselheira Seccional da OAB/SP

***As inscrições poderão ser feitas no local do evento mediante a doação de um quilo de leite em pó.***

---

## **[Projetos para combater violência crescem](#)**

# mais de 50% em assembleias legislativas

Número de propostas apresentadas no primeiro semestre para combater a violência em 11 estados e no Distrito Federal é 53,6% maior que o de discutidas em todo o ano de 2015

[\(O Globo, 22/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Ao mesmo tempo em que o Congresso Nacional começou a analisar o pacote anticrime enviado pelo ministro Sergio Moro, o interesse de deputados estaduais pela segurança pública cresceu no país. Levantamento feito pelo GLOBO aponta que o número de projetos apresentados no primeiro semestre para combater a violência em 11 estados e no Distrito Federal é 53,6% maior do que as propostas discutidas em todo o ano de 2015, primeiro ano da legislatura passada.

Os locais escolhidos são aqueles entre os piores índices de criminalidade em números absolutos, segundo o último Atlas da Violência. A quantidade de propostas sobre segurança saltou de 235, quatro anos atrás, para 361. O Rio de Janeiro aparece como o estado campeão de projetos apresentados — foram 97 nos primeiros seis meses do ano contra 58 durante todo o ano de 2015.

## INTERESSE EM ALTA

Projetos de lei focados em segurança pública registram salto na primeira metade do ano nas assembleias legislativas estaduais

UF	2015*	2019**	Varição
RJ	58	97	↑ 39
SP	28	55	↑ 27
MT	21	35	↑ 14
PR	21	34	↑ 13
RS	11	30	↑ 19
MG	48	27	↓ -21
DF	12	22	↑ 10
SC	8	19	↑ 11
BA	10	16	↑ 6
AM	10	15	↑ 5
CE	4	8	↑ 4
AL	4	3	↓ -1
TOTAL	235	361	↑ 126

*\*Ano inteiro \*\*Seis primeiros meses Fonte: Assembleias Legislativas Estaduais*

Há ideias que tratam diretamente do combate ao crime, como a criação de regras para a utilização de drones em investigações ou a obrigatoriedade de equipamentos de reconhecimento facial em todas as praças de pedágio do estado. Também existem propostas que atendem a interesses das corporações, como a que exige uma unidade de saúde mental em cada batalhão e de um programa chamado “Segurança e saúde no trabalho dos agentes de segurança pública”. Algumas das ideias foram aprovadas no primeiro semestre no Rio, como a possibilidade de contratação de policiais civis aposentados para o quadro administrativo de delegacias.

Presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) entre 2015 e 2018, a deputada Martha Rocha (PDT) credita o aumento à importância dada pelos eleitores às questões de segurança na última disputa.

— Mais do que nunca, a segurança foi um tema essencial para as eleições do ano passado. Como foi bastante decisiva, influencia diretamente no perfil dos projetos apresentados — diz a parlamentar.

Pelo Brasil, os deputados estaduais que assumiram seus cargos este ano têm mostrado preocupação com a violência dentro de escolas, propondo instalação de câmeras e detectores de metais para tentar evitar crimes como o massacre de Suzano, que terminou com dez mortos em março, depois que dois atiradores entraram num colégio público de São Paulo. Nos 11 estados analisados, há ao menos 52 proposições para aumentar a segurança dentro de colégios.

Entre os textos, há projetos de monitoramentos das salas de aula por câmeras de segurança, uso de detectores de metais nas instituições e instalação de fechaduras com sistema de abertura interna. Também há propostas para tornar obrigatória a presença de seguranças ou de policiais armados nos colégios.

O fato de a violência ser vista como um problema “real e concreto” pela maior parte das pessoas ajuda a explicar o aumento de propostas, segundo o gerente do Instituto Sou da Paz, Felipe Angeli. Segundo ele, apesar da polarização político-ideológica, é consenso que a sociedade “vive uma situação crônica e insustentável no campo da segurança pública”. Ainda assim, diz ele, há outros fatores para justificar o crescimento.

— Há um fenômeno que é a participação cada vez maior de pessoas ligadas à segurança se candidatando a cargos eletivos, levando à formação de bancadas da bala. Esses candidatos policiais muitas vezes se associam a um discurso mais de endurecimento penal — afirma Angeli.

## **Violência contra a mulher**

A cada dez propostas analisadas no levantamento, pelo menos três falam sobre segurança da mulher. Há, por exemplo, proposições que tentam facilitar a matrícula em escolas públicas de filhos de mulheres vítimas de violência doméstica ou que impedem condenados na Lei Maria da Penha de assumirem cargos públicos. Aparecem, em vários estados, projetos para instalar “botões do pânico” em ambientes públicos, a fim de permitir que mulheres alertem as

autoridades quando se sentirem ameaçadas.

Para a deputada distrital e procuradora da mulher da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Júlia Lucy (Novo), a pauta nas assembleias regionais é um reflexo do elevado número da violência contra a mulher no Brasil. Houve um crescimento de cerca de 30% no número de mulheres assassinadas entre 2007 e 2017, de acordo com o último Atlas da Violência. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas no último ano analisado pela pesquisa, uma média de mais de 13 por dia.

— É um assunto que realmente machuca a sociedade, então fizemos um esforço concentrado para aprovar projetos voltados a essa linha — afirma Lucy.

O tema de armas, defendido pelo presidente Jair Bolsonaro, quase não aparece nas assembleias e representa 4,7% das proposições sobre segurança pública. São Paulo é o estado com mais projetos de lei sobre o tema. Dois deles, ainda em tramitação, pedem a isenção de ICMS na compra de armas de fogo, munições e equipamentos por agentes de segurança.

*Por Ana Letícia Leão, Guilherme Caetano e João Paulo Sacconi*

---

## **12º Festival Latinidades reivindica saberes de mulheres negras - SP/SP, 23 a 27/07/2019**

*Pela primeira vez fora de Brasília, Festival da Mulher Afro Latino Americana e Caribenha chega à 12ª edição*

[\(Agência Brasil, 21/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Começa nesta terça-feira (23), no Centro Cultural São Paulo, a 12ª edição do Latinidades - Festival da Mulher Afro Latino Americana e Caribenha. O evento ocorre pela primeira vez fora de Brasília. A programação - entre *show*, feiras e debates - tem como objetivo fortalecer a identidade, a formação política e técnica, o empreendedorismo e estimular a produção artística, cultural e intelectual de mulheres negras. O festival ocorre até o dia 27, na semana em que se celebra, em 25 de julho, o Dia da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha desde 1992.

A coordenadora-geral do evento, Jaqueline Fernandes, destaca que, após mais de uma década de festival, ele se firma como “uma plataforma para produção de conhecimento científico, artístico, intelectual e de saberes diversos de mulheres negras”. Ela relembra que, quando o festival surgiu, a data de 25 de julho não tinha visibilidade no país e havia uma produção artística de mulheres negras sem meios de circulação. “A gente queria criar esse espaço.”

A edição deste ano traz o tema Reintegração de Posse. “Esse tema nasce em conversas com Erica Malunguinho, que é essa grande artista e intelectual negra, que hoje é deputada [em São

Paulo]. A reflexão que trazemos é que nós mulheres negras somos produtoras de conhecimento, de riqueza. Ao mesmo tempo, nós somos as mais impactadas pelo racismo e o usufruto dessa riqueza é negado”, destacou Jaqueline. O tema reflete sobre a contribuição da população negra nas ciências, na tecnologia, nas artes, na política e em diferentes campos do conhecimento.

Em 2019, o festival reunirá representantes de Moçambique, Guiné Bissau, Angola, Camarões, da Jamaica, República Dominicana, Argentina, dos Estados Unidos, além do Brasil. O evento será aberto pelo bloco Ilú Obá De Min, que é formado apenas por mulheres. Elas fazem uma intervenção cultural baseada na preservação do patrimônio imaterial. “O bloco baseia seu repertório em cantos e danças das culturas populares, além de composições próprias, realizando uma ópera de rua comandada pela força dos tambores”, diz o texto de apresentação do grupo.

Entre as convidadas participantes nas mesas de debates estão intelectuais, pesquisadoras, ativistas, escritoras e produtoras culturais. Nos debates serão trazidos temas como ancestralidade, religiosidades negras, literatura, moda, economia, colonialidade, ativismo negro, entre outros. Todas as atividades precisam de pré-inscrição pelo site <https://www.afrolatinas.com.br/>

A festa de encerramento, no dia 27, ocorre na Casa Natura Musical com desfiles e shows de A.M Strings (EUA) e participação Laylah Arruda (Feminine Hifi), ZAV (Moçambique) e, do Brasil, Bia Ferreira e Doralyce, com o lançamento do show Preta Leveza. Apenas o encerramento é pago e o ingresso pode ser adquirido no site da casa de shows.

---

## **Direitos das mulheres avançam na ONU e em instituições internacionais, por Giulliana Bianconi**

*Mesmo diante de resistência do atual governo, articulação internacional consistente demonstra força em defesa da equidade de gênero e repercute no Brasil*  
**(Época, 21/07/2019 - acesse no site de origem)**

As votações do Brasil em Genebra, dias atrás, sobre temas relacionados aos direitos das mulheres, durante a 41ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, não trazem nada de novo sobre o governo Bolsonaro e a linha de atuação já fortemente publicizada pelo chanceler Ernesto Araújo e sua equipe. Aliás, já é hora de parar de se espantar a cada sinal dado de que as políticas de estado, incluindo as diretrizes da política externa liderada por Araújo, não rumam para a busca da equidade de gênero. Esse é um governo, afinal, “terrivelmente cristão”, e não é possível falar sobre equidade de gênero partindo prioritariamente de qualquer religião.

Ou os ministros e gestores públicos optam por abraçar as evidências, os dados, as análises técnicas e a realidade de constantes violações de direitos das mulheres e da população LGBT+,



ou tudo o que se pode esperar dos ministérios ideológicos e seus órgãos relacionados são votos conservadores em reuniões internacionais, políticas públicas que desconsideram todo o repertório sobre equidade de gênero acumulado por organismos como a ONU e discursos que eventualmente vão virar memes na internet (“menino veste azul e menina veste rosa”).

Isso não quer dizer, entretanto, que os direitos das mulheres estão na berlinda nas Organizações das Nações Unidas, nem muito menos que o trabalho por equidade feito no Brasil por organismos como a ONU Mulheres esteja enfraquecido. Para além dos votos que a embaixadora do Brasil na ONU, Maria Nazareth Farani Azevedo — a representante do país em todas as votações em Genebra —, deferiu na semana passada na reunião do Conselho de Direitos Humanos para as pautas relacionadas à violência e discriminação contra mulheres e meninas e o casamento prematuro e forçado de crianças, há uma articulação internacional consistente, global e regional, cuja força é inegável e repercute no Brasil. Ao votar, por exemplo, a favor de emenda apresentada por Egito e Iraque que pedia a retirada do termo “direito à saúde sexual e reprodutiva” do texto que tratava sobre casamento prematuro, Maria Nazareth apenas reafirma a postura ultraconservadora do governo sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, mas não muda o curso do rio. Afinal, a emenda não avançou e o termo pode ser encontrado na [terceira página da Resolução sobre a questão](#), documento oficial da ONU que serve como orientação aos países para lidar com o tema.

Como as mulheres vêm lutando com êxito há décadas na ONU, esse foi o desfecho, inclusive, de todos os votos conservadores do Brasil relacionados aos direitos das mulheres na ocasião: não representaram o que passaram a ser, ao final do encontro que envolveu os 47 países membros do Conselho de Direito Humanos, as três principais resoluções para os direitos das mulheres. Organizações da sociedade civil e especialistas de diversos países pró-direitos que acompanham todo o processo de votação e construção dos documentos consideram as medidas positivas por reafirmarem compromissos que dialogam com a busca pela equidade.

É preciso observar que apesar ter havido alinhamento do Brasil aos países que propuseram emendas para a retirada do termo gênero, direitos reprodutivos, entre outros, ainda não há uma radicalização do país no sentido de votar ou se abster de qualquer proposta que contemple o termo gênero. A embaixadora brasileira apertou “sim” na votação pela manutenção de um especialista em proteção contra a violência e a discriminação baseada na orientação sexual e na identidade de gênero, enquanto países como Afeganistão, China, Egito e Paquistão votaram pelo “não”.

Sob os holofotes pela votação que vai contra a tradição do Brasil nos temas e gênero na ONU está Maria Nazareth Farani Azevedo, diplomata de carreira com mais de 30 anos de atuação, embaixadora também nos governos Lula e Dilma e sem qualquer atuação pública expressiva no campo dos direitos das mulheres. No atual governo, tem atuado sem criticar até o momento posições do presidente ou do chanceler, e até já saiu em defesa de Jair Bolsonaro em março, em Genebra, quando rebateu críticas feitas ao presidente pelo ex-deputado Jean Wyllys. Ela afirmou que o presidente não era fascista, nem racista e que seu governo não é uma organização criminosa.

A embaixadora pode seguir protagonizando votações que contrastam com avanços e com o trabalho por manutenção de direitos das mulheres liderado por grupos políticos e organizações da sociedade civil caso o Brasil seja reeleito para Conselho de Direitos Humanos da ONU, em outubro. O documento em que o país pleiteia novamente a vaga (para o triênio 2020-2022) já foi enviado ao órgão e exclui o termo “gênero” enquanto inclui “promoção da família”. A



palavra gênero é contemplada de forma estratégica pelas mulheres na ONU desde 1995, ano da IV Conferência Mundial das Mulheres em Beijing, evento-marco para o movimento das mulheres no mundo e na América Latina. Foi lá que a “Declaração e Plataforma de Ação de Pequim” foi lançada, estabelecendo objetivos no enfrentamento às desigualdades de gênero. As relações de poder entre homens e mulheres foram problematizadas levando em conta os papéis atribuídos às mulheres e aos homens, avançando no sentido de superar o debate antes tão pautado na diferenciação biológica.

No Brasil, a ONU Mulheres segue com uma agenda ampla e intensa, atuando em território nacional por meio de parcerias com governos locais, estaduais, com projetos que versam sobre representatividade feminina na política, sobre enfrentamento à violência contra as mulheres, sobre promoção de lideranças e equidade no mercado de trabalho. Em Brasília, promove periodicamente fórum de mulheres que estão em cargos da política, seja no Executivo ou no Legislativo, e dialoga intensamente com o judiciário para contribuir com o amadurecimento no trato às questões de gênero na política. Liderada até o início do ano pela mexicana Nadine Gasman, que manteve por anos no centro do trabalho da sua equipe a pauta da promoção de lideranças políticas femininas, a ONU Mulheres no momento seleciona a nova representante para o país, levando em consideração a necessidade de manter algum diálogo com o governo que publiciza nacional e internacionalmente a intenção de retrocesso nos direitos.

*Giulliana Bianconi é jornalista, diretora da Gênero e Número, organização de mídia que atua na intersecção entre pesquisa, jornalismo de dados e debate sobre gênero e direitos das mulheres.*

---

## **1º Marcha das Mulheres Indígenas - Brasília/DF, 09 a 13/08**

Entre os dias 09 e 13 de agosto, em Brasília, acontece a [1º Marcha das Mulheres Indígenas](#), que reunirá 2 mil mulheres dos mais diferentes povos, de todo o Brasil. Com o tema “Território: nosso corpo, nosso espírito”, o objetivo é dar visibilidade às ações das mulheres indígenas, discutindo questões inerentes às suas diversas realidades, reconhecendo e fortalecendo os seus protagonismos e capacidades na defesa e na garantia dos direitos humanos, em especial o cuidado com a mãe terra, com o território, com o corpo e com o espírito.

**[\(Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, 08/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

A Marcha das Mulheres Indígenas será muito mais do que a literalidade do nome sugere. A proposta é realizar um grande encontro de mulheres indígenas: entre os dias 09 e 12 de agosto, o “Fórum Nacional das Mulheres Indígenas”, que vai discutir questões levantadas durante a plenária das mulheres no ATL 2019, seguido da Marcha das Mulheres Indígenas no dia 13 de agosto.

No marco da unidade e do fortalecimento, a ideia é que nos somemos à Marcha das

Margaridas, ato que reúne mulheres do campo e da floresta, numa grande manifestação nacional em prol dos direitos e protagonismo da mulher, a partir de uma nova visão de desenvolvimento sustentável e justiça social.

O Fórum Nacional de Mulheres Indígenas se faz necessário uma vez que as afrontas aos direitos indígenas que na atual conjuntura política se espalham pelo Brasil, exigem uma reação imediata, sobretudo porque são as mulheres as mais impactadas pelo agronegócio, pelas mudanças climáticas, pelo machismo e pelo racismo.

Além disso, no dia 9 de agosto comemora-se o Dia Internacional dos Povos Indígenas, data muito significativa que também será reforçada no Fórum.

O encontro será realizado com recurso próprio das indígenas, apoio de organizações parceiras e com as doações arrecadadas na Vakinha: <http://bit.ly/MarchaMulheresIndigenas>. Sua contribuição é fundamental para garantir a chegada das lideranças e a realização do encontro. Você também pode colaborar doando milhas de viagens, mantimentos, cobertores e colchonetes para quem está em Brasília. Mais informações em [apibbsb@gmail.com](mailto:apibbsb@gmail.com).



Ilustração @crisvector / @designativista

---

**[Mães de crianças com microcefalia em](#)**

# Pernambuco perdem BPC

*Segundo entidade que oferece acompanhamento às famílias, pelo menos 22 casos de suspensão do benefício foram registrados em Pernambuco*

[\(Folha de Pernambuco, 18/07/19 - acesse no site de origem\)](#)

Pelo menos 22 mães de crianças nascidas com microcefalia causada pelo vírus zika em Pernambuco tiveram o Benefício de Prestação Continuada (BPC) suspenso. A denúncia foi feita pela União de Mãe de Anjos (UMA), conhecida pela luta por maior assistência e acompanhamento às famílias dessas crianças, aumentando o acesso a itens fundamentais para a reabilitação desses pequenos. Segundo a associação, composta por mais de 400 famílias, desde o mês de junho o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começou a suspender os benefícios.

De acordo com a presidente da UMA, Germana Soares, todas as mães que perderam temporariamente o benefício estão a saber o motivo da suspensão. “Em dias diferentes, quando cada uma foi receber o dinheiro, foram informadas sobre o corte, mas em nenhuma agência os funcionários falam o que causou a medida. Uma assistente social até informou que existe um lista com outros nomes que terão o benefício suspenso ainda neste mês, mas não soube justificar”, disse Germana, uma das afetadas pelo problema.

Mãe da pequena Maria Giovanna, de 3 anos e 9 meses, Gleyse Kelly Cavalcanti, de 31 anos, conta que teve o BPC suspenso neste mês de junho. “No INSS me falaram que seria um problema no banco. Quando fui na minha agência informaram que seria um problema no cadastro do INSS. Jogam um para o outro, mas não chegam ao x da questão. Já levei uma série de documentos solicitados por eles, mas não encontram nenhuma irregularidade. Ficamos sem saber o que fazer e a quem recorrer”, disse.

Gleyse Kelly conta que tem sido um sufoco administrar o pouco dinheiro para garantir a alimentação e remédios da filha. A ajuda de parentes e amigos tem sido fundamental. “Enquanto isso as dívidas não esperam e vão se acumulando. Não podemos ficar sem ele porque essas crianças dependem de uma alimentação cara, medicamentos caros. Fazemos todo esforço possível para segurar o mês, mas é muito difícil a situação, pois tem mães que dependem só do benefício, que é o meu caso”, fala. Gleyse.

Outro exemplo é o de Ana Paula Costa, 25, que mora sozinha com o filho em uma casa alugada em Ipojuca, no Grande Recife. Ela afirma que foi surpreendida no dia 5 deste mês com a notícia da suspensão do BPC. “Depois que meu filho nasceu precisei deixar de trabalhar, pois tive que me dedicar exclusivamente a ele. Desde então, dependo totalmente desse salário mínimo para tudo: aluguel, alimentação, medicamentos. Tive que recorrer a uma amiga para suprir algumas coisas aqui em casa”, disse.

## **Manifestação**

Para chamar atenção para o caso, as mães que fazem parte da UMA estão organizando uma manifestação para esta quinta-feira (18). Elas prometem se reunir em frente à Agência do INSS localizada no bairro de Santo Amaro, região central do Recife a partir das 7h30. “É um absurdo termo que fazer barulho para reivindicar por algo que temos o direito de receber. É uma mistura de revolta e humilhação, mas não vamos nos calar”, falou a presidente da UMA,

Germana Soares.

O BPC é um benefício de renda no valor de um salário mínimo para pessoas com deficiência de qualquer idade ou para idosos com idade de 65 anos ou mais que apresentam impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que, por isso, apresentam dificuldades para a participação e interação plena na sociedade. Para a concessão deste benefício, é exigido que a renda familiar mensal seja de até um quarto de salário mínimo por pessoa. O Ministério da Cidadania informou, por meio da assessoria de imprensa, que vai investigar o caso para saber o que está causando as suspensões do BPC das mães de crianças nascidas com microcefalia causada pelo vírus zika em Pernambuco.

Por: Wellington Silva

---

## **Lançamento: Vozes Insurgentes de Mulheres Negras - São Paulo/SP, 24/07/2019**

*Vozes Insurgentes de Mulheres Negras - do século XVIII até a primeira década do século XXI, apresenta textos fundamentais de mulheres negras brasileiras. Lançamento em SP com distribuição gratuita do livro para as pessoas presentes*

[\(Fundação Rosa Luxemburgo - 16/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Valorizar e visibilizar o conhecimento produzido por mulheres negras brasileiras, de forma a compreender diversas perspectivas de nossa sociedade e nossa história. Este é o principal objetivo da publicação Vozes Insurgentes de Mulheres Negras - do século XVIII à primeira década do século XXI, iniciativa da Fundação Rosa Luxemburgo, em parceria com a Editora Mazza. O livro, organizado pela jornalista e pesquisadora Bianca Santana, será lançado em São Paulo em 24 de julho, a véspera do Dia Internacional da Mulher Afro Latino Americana e Caribenha.

“Retomar estes textos históricos também coloca a possibilidade de compreender características próprias da diáspora africana no Brasil, ampliando um referencial que não se limita às conhecidas autoras norte-americanas. Além disso, dá a oportunidade, a pensadoras e pensadores negros e não-negros, de rever a formação do pensamento brasileiro a partir de mais perspectivas, buscando reparar, ainda que parcialmente, os apagamentos de intelectuais brilhantes”, destaca Bianca.

Apesar do silenciamento histórico imposto primeiro pela escravidão, e posteriormente pelo racismo, o sexismo e a desigualdade de classe, pensadoras negras têm, cada vez mais, rompido esse muro e conquistado espaço. A circulação deste conhecimento tem crescido nos últimos anos, mas ainda há muito desconhecimento das palavras publicadas por essas mulheres antes do tempo atual.



Neste sentido, o livro é uma importante contribuição. Ao reunir em um único volume estas vozes, concretiza a capacidade das mulheres negras em formular pensamentos e críticas. “Ler estas mulheres é uma oportunidade de adensar raízes para que a luta das mulheres e o atual feminismo negro brasileiro se expandam com consistência a permanência”, complementa a organizadora da publicação.

A publicação será distribuída gratuitamente para as pessoas que participarem do evento de lançamento, que integra a programação do Julho das Pretas, promovido pela Marcha de Mulheres Negras de SP.



realização:



**dia 24/07 | 19hs**  
**Lançamento**  
**Vozes Insurgentes de**  
**mulheres negras**  
DO SÉCULO XVIII ATÉ A PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

**com**  
**Matilde Ribeiro, Nilma Bentes,**  
**Bianca Santana e Juliana Gonçalves**  
**mediação Christiane Gomes | FRL**

**Auditório da Fundação Rosa Luxemburgo**  
**Rua Ferreira de Araújo, 36 | Pinheiros - SP**

**No marco do Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, celebre conosco a publicação que traz narrativas fundamentais do pensamento e ação das mulheres negras brasileiras.**

>>> Antonieta de Barros · Beatriz Nascimento · Benedita da Silva · Carolina Maria de Jesus · Cida Bento · Cidinha da Silva · Conceição Evaristo · Dona Ivone Lara · Elisa Lucinda · Esperança Garcia · Eunice Cunha · Jovelina Pérola Negra · Jurema Werneck · Laudelina de Campos Mello · Leci Brandão · Lélia Gongalez · Luiza Bairros · Mãe Stella de Oxóssi · Maria de Lurdes Valle Nascimento · Maria Firmina dos Reis · Matilde Ribeiro · Neusa Maria Pereira · Nilma Bentes · Sueli Carneiro >>>

### **Participam do debate:**

**Bianca Santana:** escritora, jornalista e pesquisadora. No doutorado em ciência da informação, na Universidade de São Paulo, pesquisa memória e escrita de mulheres negras. Colunista da revista Cult e facilitadora de oficinas de escrita. Está escrevendo a biografia de Sueli Carneiro.

**Juliana Gonçalves:** jornalista, mestranda pela Universidade de São Paulo, integrante da Marcha de Mulheres Negras de SP e coordenadora política da mandata quilombo da deputada estadual Erica Malunguinho (PSOL).

**Matilde Ribeiro:** Doutora em Serviço Social (PUC/SP), Ex-Ministra da Igualdade Racial (2003/2008), Professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (desde 2014), Integrante do Conselho da Revista Estudos Feministas, e, autora de vários livros e artigos entre eles: Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986/2010) Ed, Garamond, 2017.

**Nilma Bentes:** Fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa) na década de 1980, em Belém, e uma das idealizadoras da Marcha das Mulheres Negras, que ocorreu em Brasília (DF), em 2015.

## SERVIÇO

### **Lançamento Vozes Insurgentes de Mulheres Negras - do século XVIII à primeira década do século XXI**

Com Bianca Santana, Juliana Gonçalves, Matilde Ribeiro e Nilma Bentes- mediação Christiane Gomes (FRL)

**24/07/2019** - das 19h às 21h

Local: Auditório da Fundação Rosa Luxemburgo - Rua Ferreira de Araújo, 36 - Pinheiros (Próximo ao metrô Faria Lima)

---

## **Fundo de População da ONU lamenta decisão dos EUA de cortar recursos de seu orçamento**

O Fundo de População das Nações Unidas ([UNFPA](#)) lamentou a decisão do governo dos EUA de cortar recursos para a agência pelo terceiro ano consecutivo. Segundo informações da imprensa, o país norte-americano vai cancelar uma doação de 32,5 milhões de dólares em financiamento — o que, segundo o UNFPA, deve fragilizar a assistência de saúde oferecida a milhões de mulheres e meninas no mundo.

**[\(ONU, 17/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

De acordo com a imprensa, o motivo por trás do corte seria a alegação de que o UNFPA apoiaria ou participaria de um programa de aborto forçado ou esterilização involuntária na China.

Ainda segundo a mídia, a decisão dos EUA vai negar financiamento às operações de emergência do UNFPA em contextos humanitários.

“O UNFPA ainda não viu a evidência que justifique as sérias alegações feitas contra o seu trabalho. O UNFPA não realiza, promove ou financia o aborto, e damos a mais alta prioridade ao acesso universal ao planejamento familiar voluntário, que ajuda a impedir que abortos ocorram”, afirmou em nota a agência das Nações Unidas.

“O UNFPA não promove mudanças no status legal do aborto”, acrescentou o pronunciamento do organismo internacional.

O Fundo de População disse ainda que “se opõe a práticas coercitivas, como esterilização forçada e abortos forçados”. No passado, a agência se manifestou contra casos desses abusos de direitos humanos.

Observando “com pesar” o que descreveu como a “determinação dos Estados Unidos da América em reter fundos da agência”, o UNFPA lamenta que representantes do país não tenham visitado o escritório da agência da ONU na China, antes de optar pelo corte de recursos.

“Em 2015, o atual programa de país (a estratégia nacional) do UNFPA na China foi aprovada pelo Conselho Executivo do UNFPA, do qual os EUA são membro. Os Estados Unidos nunca indicaram o que mudou, se é que algo mudou, no trabalho do UNFPA na China para repentinamente acionar uma determinação negativa sob a Emenda de Kemp-Kasten”, avalia a agência.

A Emenda de Kemp-Kasten nega financiamento federal a organizações ou programas que, conforme determinado pela Presidência dos Estados Unidos, apoiam ou participam de programas de aborto forçado ou esterilização involuntária.

A agência esclarece que o seu trabalho na China apoia o desenvolvimento de políticas tendo em vista quatro temas específicos — saúde sexual e reprodutiva; adolescentes e juventude; igualdade de gênero e empoderamento feminino; e dinâmica populacional. O escritório do UNFPA no país asiático não oferece nem financia quaisquer serviços.

“O UNFPA permanece empenhado em manter um diálogo aberto com o governo dos EUA. O UNFPA reitera o seu convite aos Estados Unidos para visitar o seu escritório na China. O UNFPA teve o prazer de receber delegações sob várias administrações dos EUA, e nenhuma achou que o UNFPA estava violando a Emenda de Kemp-Kasten”, afirma o organismo internacional.

Segundo a agência da ONU, a “decisão infeliz” do governo norte-americano vai impedir a realização do trabalho crucial do UNFPA — de proteção da saúde e das vidas de centenas de milhões de mulheres e meninas em todo o planeta, incluindo em contextos humanitários. “Portanto, o UNFPA espera que os Estados Unidos vão reconsiderar a sua posição”, aponta o comunicado.

---



## **CFEMEA 30 anos: seguimos na subversão!**

É com muita alegria que o CFEMEA lança hoje, dia 16/07, o selo comemorativo dos nossos 30 anos de luta e resistência. Esse primeiro selo faz parte de um conjunto de cinco que serão lançados nas próximas semanas, fazendo alusão às lutas do feminismo.

Nós, do CFEMEA, também estamos com um calendário de comemorações que vai até dezembro. E, desde já, convidamos todas vocês para estarmos juntas nessa celebração.

Fiquem à vontade para compartilhar esse primeiro selo comemorativo, junto com o vídeo “CFEMEA 30 anos: seguimos na subversão” que conta um pouco da nossa história e reflete sobre os desafios que enfrentamos diante da conjuntura atual.

Como uma organização feminista antirracista, nós existimos para incomodar, para deslocar e transgredir. É com essa força que o CFEMEA celebra 30 anos de história!

E mesmo em um contexto político de retrocessos e de perseguições políticas, as lutas e a persistência do feminismo e do movimento feminista antirracista é a nossa razão de existência. São 30 anos de muitas conquistas, desafios e verdadeiras batalhas travadas para garantia dos direitos das mulheres. Nessas décadas, o CFEMEA atuou para a construção e efetivação de dezenas de leis, sendo a Lei do Planejamento familiar (1996) e a Lei Maria da Penha (2007) dois importantes marcos dessas conquistas. Esteve também nos processos de construção e articulação internacional como a Plataforma de Pequim (95) e de Cairo (94).

Nos últimos anos, o CFEMEA direcionou sua atuação para promover a sustentabilidade do ativismo, sabendo que só assim permaneceremos na luta. Os processos de formação política e do autocuidado e cuidado entre ativistas são base para nos mantermos firmes frente a essa contraofensiva conservadora. Estamos junto às nossas companheiras no front da luta pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, no enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres e na luta contra o racismo. Construiremos juntas um mundo mais justo e mais igualitário. Os selos são um símbolo da alegria com a qual comemoramos nossos 30 anos, pois é com ânimo, força e disposição que continuaremos a subversão!

---

## **Câmara atende bancada feminina com emenda que ameniza aposentadoria e pensão de mulheres**

*Deputadas conseguem melhorar expectativa de ganhos com aumento de 2 pontos percentuais nos ganhos a partir de 15 anos de contribuição, e não 20, como na proposta original. Pensão por morte ganha piso de um salário por beneficiário*

[\(El País, 12/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Um dia após a [euforia da aprovação](#) do texto-base da [reforma da Previdência](#) em primeiro turno, a Câmara entrou na batalha pela aprovação das emendas. Ao todo, 20 emendas e destaques foram colocados para serem analisados. A primeira alteração aprovada na PEC envolve o cálculo da aposentadoria de mulheres e as pensões de viúvos e viúvas. Articulada pela bancada feminina e com apoio da maioria dos partidos com representação no Congresso Nacional, a mudança, votada por volta das 22h30 horas desta quinta-feira, prevê que as mulheres que tiverem tempo mínimo de contribuição de 15 anos, poderão se aposentar com 60% dos seus vencimentos. A partir daí, esse valor sobe dois pontos percentuais a cada ano a mais trabalhado. Pelo texto aprovado na quarta-feira, entre os 15 e os 20 anos, não havia nenhum acréscimo. A aposentadoria, entretanto, só pode ser requerida a partir dos 62 anos, como já era consenso no novo texto. A proposta foi acatada por 344 deputados favoráveis contra 132.

Os deputados fixaram também em um salário mínimo o piso da pensão por morte ao viúvo ou viúva desde que ele não possua nenhuma outra renda. Na proposta inicial, esse pagamento era feito apenas para quem não tivesse ninguém na família com rendimentos. Agora, a emenda deixa claro que o benefício vale para o cônjuge que ficar viúvo, que tem o piso garantido. A medida beneficia principalmente as mulheres que são as principais beneficiárias das pensões por morte.

Ao total foram três alterações no texto-base que havia sido aprovado por 379 votos na noite de quarta-feira. As outras duas alterações ocorreram já na madrugada de sexta-feira.

A Câmara decidiu amenizar o impacto da reforma para os homens também. Por 445 votos a 15, os deputados aprovaram a redução do tempo mínimo de contribuição para um trabalhador do sexo masculino requisitarem a aposentadoria. É o mesmo prazo dado às mulheres.

Na proposta original, os homens só poderiam se aposentar aos 65 anos de idade com pelo menos 20 anos de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social.

Os deputados ainda reduziram a idade mínima de aposentadoria de profissionais de segurança pública civil, como policiais federais, rodoviários federais, legislativos, ferroviários, além de agentes penitenciários e socioeducativos. Agora, esses trabalhadores poderão se aposentar aos 53 anos, caso sejam homens, e aos 52, se forem mulheres. Antes a regra previa a aposentadoria aos 55. Essa votação acabou em 467 a 15.

Ao longo dessa sexta-feira há a expectativa da votação de ao menos mais um destaque, que altera as regras de aposentadoria para professores, assim como a análise do segundo turno da proposta.

Durante a quinta-feira, a votação dos destaques e emendas chegou a ser ameaçada. Isso porque não estava claro qual seria o impacto econômico das alterações. O Instituto Fiscal Independente do Senado Federal calculou que, da forma como foi aprovada, a projeção de economia seria de 714 bilhões de reais. Entre os deputados circulava-se a informação de que as mudanças a serem debatidas, envolvendo professores, policiais e as mulheres poderiam significar uma redução que variava de 30 bilhões de reais a até 280 bilhões de reais.

Diante desse cenário com informações incertas, o Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, emitiu uma nota explicando que os novos

cálculos só seriam divulgados após a votação de toda a PEC em segundo turno, o que pode ocorrer ainda nesta semana. “Como uma medida pode influenciar no impacto de outras, estimativas sem o texto final não são fidedignas”, diz o documento.

Dessas três alterações, apenas a que envolve as mulheres foi votada e aprovada até a conclusão desta reportagem. As demais seriam analisadas ao longo da noite ou ainda nesta sexta-feira. A expectativa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o principal fiador da proposta, era de que a votação em segundo turno acabasse ainda nesta semana.

Sobre os policiais, uma emenda aglutinativa apresentada pelo partido Podemos pretende reduzir a idade mínima de aposentadoria deles de 55 anos para 53, no caso de homens, e de 52, no de mulheres. A sugestão conta com a simpatia do presidente Jair Bolsonaro e beneficia policiais federais, rodoviários federais, agentes penitenciários e socioeducativos. Na Comissão Especial que tratou do tema, uma emenda semelhante foi rejeitada.

Ao menos oito emendas foram votadas desde a quarta-feira. Como se trata de uma emenda constitucional, qualquer proposta precisa do apoio de 60% dos membros da Câmara, ou seja, 308 entre 513 deputados.

Nessa batalha para avançar com a reforma, a cúpula da Câmara dos Deputados passou mais de oito horas em negociações para tentar evitar a desidratação da proposta de emenda constitucional 06/2019. Maia se reuniu com lideranças partidárias e com representantes do Governo Jair Bolsonaro (PSL) acertando quais alterações seriam colocadas em votação. Na pauta das negociações, entrou também a liberação imediata dos recursos de emendas parlamentares que foram acertados com o presidente ao longo desta semana.

*Por Afonso Benites*